

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1 APRESENTAÇÃO

Por meio deste relatório de administração, conforme determina a Lei 6.404/76, a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc apresenta os resultados do seu desempenho organizacional, relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

2 AMBIENTE MACROECONÔMICO

Após o evento de paralisação no setor de transporte de cargas que afetou a economia brasileira em maio, a expectativa é que o ambiente macroeconômico se estabilize gradualmente para o segundo semestre. Em junho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulava 4,39% em 12 meses, indicando expectativa de alta, e o Produto Interno Bruto, com crescimento previsto em 1,6%, apresentou apenas 0,9%. A constante queda da SELIC até o patamar de 6,5% visa incentivar a queda de juros e o aumento do consumo das famílias, que apresenta leve recuperação. Com relação à taxa de desemprego da população brasileira, encerrou o sexto mês de 2018 em 12,4% (Pnad-IBGE). A produção industrial apresentou no primeiro semestre acumulado acréscimo de 2% e o índice de atividade econômica 0,73%. A economia de modo geral ainda não dá claros sinais de recuperação significativa.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

O total de caixa e equivalentes, em junho de 2018 apresentou uma elevação de 6,08% frente ao mesmo período do ano anterior, atingindo um patamar de R\$351.914 milhões. A carteira de operações de crédito no período totalizou R\$662.056 milhões, redução de 9,87% em relação a junho de 2017. O setor público representou 24,72% do total da carteira, o setor privado 71,69% e o rural 3,54%. As operações de crédito contratadas no primeiro semestre de 2018 totalizaram R\$82.082 milhões, elevação de 126,59% em relação ao mesmo período de 2017, alavancada principalmente por maior apoio aos municípios com a Linha Badesc Cidades, representando 59,09% das contratações, destaque para as operações rurais com R\$387 mil em 44 operações para cooperados rurais e maior procura por linhas de investimento. A qualidade da carteira apresenta 88,91% das operações em risco AA, A, B e C.

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2018, a receita intermediação financeira apresentou R\$56.174 milhões, 25,09% menor que no mesmo período em 2017, com queda tanto nas operações de crédito como no resultado de operações com títulos e valores mobiliários, esta provocada pela redução significativa da SELIC. O resultado do exercício saiu de R\$12,131 milhões em 2017 para R\$7,886 milhões em

2018. As operações representaram uma lucratividade de 14,04%. Encerra-se o período com liquidez de curto prazo em 4,24 e geral (curto e longo prazo) em 2,19, demonstrando capacidade de honrar os compromissos em caso de insolvência. O total do endividamento representa 84% do patrimônio líquido, com o perfil de vencimento de 28,56% nas contas em curto prazo, em sua maioria obrigações de repasse ao BNDES, FINAME e FINEP. Os dados denotam boa liquidez e lucratividade para o segmento, estando o endividamento sob controle.

5 PROMOÇÃO SOCIAL E CULTURAL

O Badesc participa de eventos de entidades de classe e outras instituições por intermédio de apoio institucional, contribuições filantrópicas, realiza promoções e relações públicas, destacando recursos conforme determinação do Conselho de Administração. Também opera e mantém a Fundação Cultural Badesc, criada através da Lei Estadual nº 13.438/2005, tendo como objetivo fomentar a cultura através de exposições de artes visuais, cinema, lançamentos de livros, programas de ações educativas, apoio cultural com investimentos financeiros através da lei Rouanet.

A diretoria.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
ATIVO		
CIRCULANTE.....	558.928	542.843
Disponibilidades (nota 3l).....	14	18
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	352.082	331.741
Carteira Própria	352.054	331.741
Vinculados a Prestação de Garantias	28	-
Operações de Crédito (nota 5).....	197.195	195.335
Setor Público	94.395	107.708
Setor Privado	117.079	112.681
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Dúvida.....	(14.279)	(25.054)
Outros Créditos	4.600	9.840
Diversos(nota 6a)	4.601	9.849
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Dúvida.....	(1)	(9)
Outros Valores e Bens.....	5.037	5.909
Outros Valores e Bens (nota 7)	5.739	7.192
(-) Provisões para Desvalorizações.....	(917)	(1.467)
Despesas Antecipadas.....	215	184
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	450.584	480.416
Títulos e Valores Mobiliários (notas 3l, 4).....	39.761	37.034
Carteira Própria	39.761	37.034
Operações de Crédito (nota 5).....	406.722	439.475
Setor Público	69.272	90.097
Setor Privado	381.037	423.268
(-)Provisão Para Créditos de Liquidação Dúvida.....	(43.587)	(73.890)
Outros Créditos	4.067	3.907
Diversos (nota 6a)	4.067	4.437
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Dúvida.....	(530)	-
Outros Valores e Bens.....	34	-
Despesas Antecipadas.....	34	-
PERMANENTE.....	2.409	2.545
Investimentos	8	108
Outros Investimentos.....	4.121	4.225
(-) Provisão para Perda	(4.113)	(4.117)
Imobilizado de Uso (nota 8).....	2.390	2.437
Imóveis de Uso	3.548	3.548
Outras Imobilizações de Uso.....	4.511	4.357
(-)Depreciações Acumuladas.....	(5.669)	(5.468)
Intangível (nota 8).....	11	-
Ativos Intangíveis.....	1.442	1.429
(-)Amortização Acumulada	(1.431)	(1.429)
TOTAL DO ATIVO	1.011.921	1.025.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO

(2018 2017)

CIRCULANTE.....	131.952	129.071
Obrigações por Repasses do País		
- Instituições Oficiais (nota 9)	106.295	98.159
BNDES.....	74.981	70.825
FINAME	17.211	18.963
Outras Instituições	14.103	8.371
Outras Obrigações	25.657	30.912
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	56	44
Sociais e Estatutárias (nota 10)	7.787	2.108
Fiscais e Previdenciárias (Nota 11)	1.707	6.196
Diversas (nota 12).....	16.107	22.564
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	330.001	362.215
Obrigações por Repasses do País		
- Instituições Oficiais (nota 9)	327.148	360.792
BNDES.....	211.408	235.679
FINAME	48.214	62.281
Outras Instituições	67.526	62.832
Outras Obrigações	2.853	1.423
Diversas (nota 12).....	2.853	1.423
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	549.968	534.518
Capital (nota 13)	530.205	530.205
De Domiciliados no País	530.205	530.205
Reservas de Lucros	19.763	4.313
TOTAL DO PASSIVO	1.011.921	1.025.804

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Eventos	Lucros		
	Capital	Reservas	(prejuízos)
Realizado	de Lucros	Acumulados	Total
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2018	530.205	11.877	- 542.082
Lucro Líquido do Semestre	-	-	7.886 7.886
Destinações			
- Reservas de Lucros	-	7.886 (7.886)	-
Saldos em 30/06/2018	530.205	19.763	- 549.968
Mutações do Período	-	7.886	- 7.886
Saldos do Início do Semestre em 01/01/2017	530.205	-	(6.474) 523.731
Lucro Líquido do Semestre	-	-	12.131 12.131
Destinações			
- Reservas de Lucros	-	4.313 (4.313)	-
- Dividendos Propostos	-	- (1.344)	(1.344)
Saldos em 30/06/2017	530.205	4.313	- 534.518
Mutações do Período	-	4.313	6.474 10.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017)

(Em milhares de reais)

2018 2017

FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro (Prejuízo) do Semestre.....	7.886 12.131
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Semestre com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais:	
Constituição (Reversão) da Provisão para Risco de Crédito ..	9.384 17.684
Constituição (Reversão) da Provisão para Contingências Trabalhistas, Fiscais e Cíveis.....	(380) (2.682)
Constituição (Reversão) da Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(353) 22
Constituição (Reversão) da Provisão para Outros Créditos.....	(620) (266)
Constituição (Reversão) da Provisão para IRPJ e CSLL	- 7.079
Depreciação/Amortização	149 140
Lucro Líquido Ajustado	16.066 34.108
Redução (Aumento) nos Ativos Operacionais:	
Títulos e Valores Mobiliários.....	(1.406) (1.982)
Operações de Crédito	18.591 (8.743)
Outros Créditos	(2.734) (5.636)
Outros Valores e Bens.....	(33) (29)
	14.418 (16.390)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:	
Obrigações Sociais e Estatutárias	(10.377) -
Outras Obrigações	(4.539) (8.108)
	(14.916) (8.108)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.568 9.610
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
(Aumento)/Diminuição Líquida do Ativo Imobilizado	(7) (123)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7) (123)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(20.304) 7.894
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(20.304) 7.894
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(4.743) 17.381
Modificações na Posição Financeira	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre	356.657 314.378
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre (nota 3l).....	351.914 331.759
Aumento (Redução) Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(4.743) 17.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
	Semestre	Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		
Operações de Crédito	56.174	74.986
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	44.352	55.482
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	11.822	19.504
Operações de Empréstimos e Repasses	(24.393)	(32.803)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida (Nota 5h)	(15.068)	(15.125)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(9.325)	(17.678)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	31.781	42.183
Rendas de Tarifas Bancárias	(24.740)	(23.661)
Despesas de Pessoal	1.027	1.036
Outras Despesas Administrativas	(19.720)	(19.980)
Despesas Tributárias	(5.172)	(4.440)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC surgiu no cenário catarinense sob a forma de Banco de Desenvolvimento, tendo como denominação social inicial “Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC”, constituído na forma de sociedade anônima de economia mista, criado pela Lei nº 4.950, de 11 de novembro de 1973, e instalado oficialmente em 1º de agosto de 1975.

A partir da Lei nº 10.912, de 15 de setembro de 1998, e através da ata do Conselho de Administração do dia 19 de janeiro de 1999, foi transformado em Agência de Fomento, passando a denominar-se **Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – Badesc**.

Dentre os objetivos do Badesc, o seu Estatuto Social lhe confere a execução da política estadual de desenvolvimento econômico e o fomento das atividades produtivas através de operações de crédito com recursos próprios e dos fundos institucionais, bem como por aqueles oriundos de repasses de agências financeiras nacionais e internacionais, através das seguintes ações:

- a. o desenvolvimento de programas de investimentos destinados à captação de recursos de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- b. financiamentos de projetos de implantação e/ou melhoria de atividades agropecuárias, industriais, comerciais e de serviços;
- c. atuação como agente financeiro, se assim designado pelo Gestor, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina - Fadesc;
- d. atuação como agente financeiro do Programa Operacional do Fundo de Desenvolvimento dos Municípios - Badesc Cidades;
- e. financiamento de estudos e diagnósticos para implantação de complexos industriais;
- f. financiamento de estudos e diagnósticos para execução de obras e serviços de responsabilidade do setor público;
- g. formação de fundos específicos para atender a setores priorizados pelo governo, em especial às micro e pequenas empresas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC avaliou os eventos subsequentes até 01 de agosto de 2018, que é a data da aprovação das demonstrações contábeis pela Diretoria da Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

A moeda funcional utilizada pela Agência BADESC é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a. Apropriação de Receitas e Despesas

A apuração do resultado é feita pelo regime de competência.

b. Ativos e Passivos Circulantes e Realizáveis a longo prazo

A classificação em circulante e longo prazo, do realizável e do exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

c. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Imobilizado de Uso

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo que os adquiridos após essa data estão demonstrados ao custo de aquisição. As depreciações dos bens do ativo imobilizado foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

e. Ativo Intangível

O intangível é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização, que é calculada pelo método linear, com base na vida útil e econômica estimada dos bens, conforme taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 8.

O ativo intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f. Operações de Crédito e Obrigações por Repasses

As operações de crédito e as obrigações por repasses estão ajustadas a valor presente, calculado “pro-rata temporis”, até a data dos balanços, em conformidade com as taxas pactuadas contratualmente e normas específicas.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, conforme determina o Banco Central do Brasil através do art. 9º da Resolução nº 2.682/99.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com os critérios próprios da Instituição, estabelecidos na Resolução da Diretoria Colegiada nº 14/17, de 30 de maio de 2017, com vigência a partir do mês de agosto de 2017, e de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil – BACEN.

h. Provisões para Férias e Décimo Terceiro Salário

As provisões para férias e décimo terceiro salário são calculadas sobre a remuneração dos servidores de acordo com o tempo de serviço (período aquisitivo), e com os respectivos encargos sociais, atualizados até a data dos balanços.

i. Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda não foi constituída no presente semestre em virtude de a Instituição ter incorrido em prejuízo fiscal. Da mesma forma, a contribuição social não foi calculada em virtude de ter ocorrido no semestre, base de cálculo negativa da CSLL.

j. Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS – PASEP foram calculadas à alíquota de 0,65%, observada a base de cálculo definida em Lei. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, instituiu a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS para as Instituições Financeiras, passando a incidir sobre os fatos geradores ocorridos a partir de fevereiro de 1999, à alíquota de 4% sobre a Receita Bruta ajustada na forma da Lei.

k. Utilização de Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis requer que a administração faça estimativas e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

l. Caixa e Equivalentes a Caixa

Caixa e equivalentes a caixa são representados por Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 30 de junho de 2018, o caixa e equivalentes a caixa estavam assim compostos:

	2018	2017
Depósitos Bancários	14	18
Cotas de Fundos de Investimento	351.900	331.741
Total	351.914	331.759

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Resolução nº 3.604, de 29 de agosto de 2008, do Banco Central do Brasil instituiu a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que é apresentada no método indireto.

n. Redução ao Valor Recuperável de Ativo

Os ativos imobilizados julgados relevantes, bem como os Bens Não de Uso Próprio, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Títulos Públicos Federais - LFTA	-	39.761	39.761	-	37.034	37.034
Cotas de Fundos de Investimento	352.082	-	352.082	331.741	-	331.741
Total	352.082	39.761	391.843	331.741	37.034	368.775

O montante de R\$ 39.761 em 2018 (R\$ 37.034 em 2017), correspondente a 4.150 títulos LFT's, código Selic 210.100, com vencimento em 01/09/2021, adquiridos junto ao Banco do Brasil S.A., com a finalidade de servir como fundo de liquidez conforme previsto na no artigo 6º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2828, de 30 de março de 2001.

O montante de R\$ 352.082 em 2018 (R\$ 331.741 em 2017) refere-se a fundos de investimento exclusivos, aplicado integralmente em títulos públicos federais, e que são administrados pelo Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS
a. Operações de Crédito

	2018	2017				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Empréstimos e Financiamentos						
- Setor Público	94.395	69.272	163.667	107.708	90.097	197.805
Empréstimos e Financiamentos						
- Setor Privado	114.467	360.188	474.655	111.938	401.475	513.413
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.612	20.849	23.461	743	21.793	22.536
	211.474	450.309	661.783	220.389	513.365	733.754
(-)Provisão para Operações de Crédito	(14.279)	(43.587)	(57.866)	(25.054)	(73.890)	(98.944)
	197.195	406.722	603.917	195.335	439.475	634.810

b. Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

	2018	2017				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Devedores Por Compra de Valores e Bens	273	-	273	480	304	784
(-)Provisão Operações com Característica de Operação Crédito	(1)	-	(1)	(9)	(6)	(15)
	272	-	272	471	298	769

A rubrica devedores por compra de valores e bens registra os valores a receber decorrentes da alienação de bens em leilão. Tais operações são apresentadas juntamente com as operações de crédito, em função do risco e da constituição de provisão em montante julgado suficiente para fazer face à perdas prováveis na realização dos referidos créditos. A referida rubrica compõe o subgrupo de outros créditos conforme apresentado acima.

c. Classificação por Tipo de Operação

	2018	2017				
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Operações de crédito	211.474	450.309	661.783	220.389	513.365	733.754
Operações com característica de operação de crédito	273	-	273	480	304	784
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa	211.747	450.309	662.056	220.869	513.669	734.538
	(14.280)	(43.587)	(57.867)	(25.063)	(73.896)	(98.959)
	197.467	406.722	604.189	195.806	439.773	635.579

d. Classificação Por Níveis de Risco, Prazos e Provisão

	2018	2017									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
• Até 180 dias	53.745	29.857	15.153	3.035	1.915	1.103	521	59	8.392	113.780	17,19
• De 181 a 360 dias	41.584	26.283	18.880	3.441	1.875	779	311	49	4.765	97.967	14,80
• Acima de 360 dias	89.162	161.643	116.090	28.912	9.753	5.119	2.063	19	30.575	443.336	66,96
Subtotal	184.491	217.783	150.123	35.388	13.543	7.001	2.895	127	43.732	655.083	98,95
Curso Anormal											
• De 15 Até 60 dias	-	91	182	443	103	112	340	12	935	2.218	0,33
• De 61 até 180 dias	-	-	130	63	67	360	3				

f. Composição por Faixa de Valor e Nível de Risco

Operações	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Composição por montante - 2018	
										2018	2017
Até R\$ 10.000	21	842	13	85	-	-	3	3	14	981	
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	92	1.081	24	649	12	17	44	11	42	1.972	
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	268	3.374	563	1.876	84	109	70	28	92	6.464	
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	913	6.733	893	3.081	378	171	76	-	673	12.918	
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	19.009	31.600	10.117	5.103	1.626	629	1.716	129	4.145	74.074	
Acima de R\$ 500.000	164.188	174.244	138.696	25.168	11.608	6.275	1.686	-	43.782	565.647	
	184.491	217.874	150.306	35.962	13.708	7.201	3.595	171	48.748	662.056	

Operações	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Composição por montante - 2017	
										2017	
Até R\$ 10.000	5	101	94	78	17	7	41	4	27	374	
De R\$ 10.000 até R\$ 20.000	19	728	232	515	-	33	116	17	36	1.696	
De R\$ 20.000 até R\$ 50.000	382	928	1.204	3.459	26	198	251	23	271	6.742	
De R\$ 50.000 até R\$ 100.000	2.218	805	2.780	4.393	466	371	251	62	552	11.898	
De R\$ 100.000 até R\$ 500.000	26.696	7.967	21.338	15.074	1.107	2.134	1.377	449	3.738	79.880	
Acima de R\$ 500.000	183.625	53.640	195.476	75.834	26.184	18.000	4.349	2.007	74.833	633.948	
	212.945	64.169	221.124	99.353	27.800	20.743	6.385	2.562	79.457	734.538	

g. Constituição da Provisão para Operações de Crédito e para Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

Nível de risco	% de Provisionamento	2018		2017	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
AA	0,0%	184.491		212.945	
A	0,5%	217.874	1.089	64.169	321
B	1,0%	150.305	1.503	221.124	2.211
C	3,0%	35.961	1.079	99.353	2.981
D	10,0%	13.709	1.370	27.800	2.780
E	30,0%	7.201	2.159	20.743	6.223
F	50,0%	3.595	1.798	6.385	3.192
G	70,0%	170	119	2.562	1.794
H	100,0%	48.750	48.750	79.457	79.457
Total da Carteira Classificada		662.056	57.867	734.538	98.959
(-) Devedores por Compra de Valores e Bens		(273)	(1)	(784)	(15)
Operações de Crédito		661.783	57.866	733.754	98.944

h. Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e para Outros Créditos com Característica de Operações de Crédito

A provisão constituída na forma indicada na nota nº 5.g apresentou a seguinte movimentação no semestre:

Provisão para Operações de Crédito	2018		2017	
	Saldo Inicial	Adicionais	Saldo Final	Saldo Inicial
Saldo Inicial	60.599		98.543	
Acréscimos/ (Decréscimos) no Período	9.334		17.684	
Provisões Baixadas Como Prejuízo	(12.067)		(17.283)	
Total de Provisão para Operações de Crédito	57.866		98.944	

Provisão para Outros Créditos com Característica Operação. Crédito

Total de Provisão Para Outros Créditos	2018		2017	
	Saldo Inicial	Adicionais	Saldo Final	Saldo Inicial
Saldo Inicial	10		20	
Acréscimos/ (Decréscimos) no Período	(9)		(5)	
Total de Provisão Para Outros Créditos	1		15	

Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos-Saldo Final

Créditos Lançados em Prejuízo e Recuperados	2018		2017	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Créditos Lançados em Prejuízo e Recuperados	57.867	98.959	6.100	5.049

O montante acumulado de créditos em prejuízo baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa R\$ 270.974 em junho de 2017 (R\$ 235.131 em 2017).

6. OUTROS CRÉDITOS**a. Diversos**

	2018		2017			
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	832	-	832	976	-	976
Devedores Por Depósito em Garantia	-	4.067	4.067	-	4.133	4.133
Devedores Para Compra de Valores e Bens	273	-	273	480	304	784
Devedores Diversos - País	867	-	867	8.387	-	8.387
Impostos e Contribuições a Compensar	2.625	-	2.625	-	-	-
Outros	4	-	4	6	-	6
Total	4.601	4.067	8.668	9.849	4.437	14.286

b. Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	2018		2017			
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
(-) Provisão Para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1)	-	(1)	(9)	(6)	(15)
Com Características de Concessão de Crédito	(1)	-	(1)	(777)	-	(777)
Sem Características de Concessão de Crédito	-	-	-	(783)	-	(792)

7. OUTROS VALORES E BENS

	2018		2017			
	Circulante	Longo prazo	Total	Circulante	Longo prazo	Total
Bens Não de Uso Próprio	5.739	-	5.739	7.192	-	7.192
Provisão para Desvalorização	(917)	-	(917)	(1.467)	-	(1.467)
Total	4.822	-	4.822	5.725	-	5.725

A conta de Bens Não de Uso Próprio registra os bens recebidos de clientes em dação em pagamento, ou através de processos judiciais, para quitação de débitos de financiamento em atraso. São contabilizados pelo saldo contábil dos contratos liquidados ou pelo valor da avaliação se esse resultar em valor inferior ao valor contábil.

Anualmente é realizada avaliação para testar o valor recuperável desses bens, sendo que aqueles em que ficar demonstrado valor contábil maior que o de mercado, é constituida provisão para desvalorização de bens não de uso próprio.

8. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**a. Composição**

IMOBILIZADO	Taxa anual		2018		2017	
Depreciação	4%	2018	2017	Circulante	Longo prazo	
<tbl_info

ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Cia. Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC
 Estado de Santa Catarina
 Prefeitura Municipal de Blumenau
 Prefeitura Municipal de Canoinhas
 Prefeitura Municipal de Criciúma
 Prefeitura Municipal de Videira
 Outros
Total

	Milhares de Ações	
	Qtde. Ações	Percentual
101.129	47,98%	
109.209	51,82%	
31	0,01%	
26	0,01%	
17	0,01%	
19	0,01%	
322	0,16%	
210.753	100,00%	

Controle Interno e Riscos - Gecor, subordinada ao Diretor-Presidente. As políticas de gerenciamento dos riscos estão dispostas em normativos internos, são revisadas anualmente e estão alinhadas aos objetivos da instituição.

Risco de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros ou aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Para mitigar a ocorrência do risco de crédito a Agência conta com modelos de análise de crédito, normativos internos, manuais, além de uma estrutura consultiva composta por comitês de crédito e de renegociação e da estrutura decisória, composta pela Diretoria Colegiada. A exposição ao risco de crédito é gerenciada pela Agência através do controle da evolução da provisão da carteira de crédito, dos atrasos e da inadimplência da contraparte.

Risco Operacional

O risco operacional inclui o risco legal e é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O acompanhamento da exposição do risco operacional é realizado pela Gerência de Controle Interno e Riscos. A gestão do risco operacional é responsabilidade de todos os empregados da Agência durante o desempenho de suas funções. A Agência utiliza a abordagem do indicador básico (Basic Indicator Approach, BIA) para o cálculo da parcela de risco operacional (RWAopad).

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição financeira: carteira de negociação e carteira bancária. A carteira de negociação da Agência é formada exclusivamente pela aplicação de disponibilidades de caixa em operações compromissadas ou em cotas de fundos de investimento cujas carteiras estejam representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos. Para mitigar o risco de variação da taxa de juros da carteira bancária a Agência procura dar predominância a operações com taxa de juros pós-fixadas.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de a Agência não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Como forma de mitigação, a Agência mantém um fundo de liquidez formado exclusivamente por títulos públicos federais cujo montante é de pelo menos 10% das obrigações de curto prazo. A Agência possui políticas e estratégias de gerenciamento do risco de liquidez, visando dar maior segurança às finanças da Instituição.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de danos socioambientais. Atendendo a Resolução BACEN 4.327/2014, a Agência possui Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), na qual formalizou os princípios e diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para a atuação nos seus negócios.

Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, da avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Agência.

Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro

A estrutura de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro da Agência dispõe de normativos internos, manuais e treinamentos. A Gerência de Controle Interno e Riscos - Gecor é a área específica para tratar dos casos suspeitos de prática de lavagem de dinheiro.

A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Badesc e seus normativos encontram-se disponíveis na Gerência de Controle Interno e Riscos - GECOR, localizada na sede da Instituição na Rua Almirante Alvim, 491 – Centro, Florianópolis (SC).

Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiro: José Antônio de Mattos Neto

CONSELHO FISCAL

Conselheiro: Flávio Ervino Schuhmacher

Conselheiro: Emerson Antunes

Conselheiro: Gil Roberto Moraes

DIRETORIA EXECUTIVA

Justiniano Francisco C. de Almeida Pedroso

Diretor Presidente

Olívio Karasek Rocha

Diretor Administrativo e Financeiro

Amauri Evaldo Nau

Contador / CRC-SC 022.767/O-1

CPF 445.216.779-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS

ACIONISTAS E ADMINISTRADORES DA
 AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC
 FLORIANÓPOLIS - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC que comprehendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A - BADESC em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditória dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2017, foram por nós auditados, e emitimos relatório datado de 16 de fevereiro de 2018, sem modificação na opinião sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

Esta rubrica esta representada pelos seguintes valores, conforme estabelecidos na nota 3.i:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	7.871	19.210

(+/-) Efeito das Adições e Exclusões no Cálculo dos Tributos

Diferenças Temporárias
Provisões para Créditos de Liquidação Dúvidosa
Outras Provisões
Perdas no Recebimento de Créditos
Outras

Diferenças Permanentes

Despesas não Dedutíveis	842	869
-------------------------	-----	-----

Base de Cálculo do IRPJ e CSLL

Imposto de Renda à Aliquota de 15%	(11.643)	15.758
Imposto de Renda à Aliquota Adicional de 10%	(1.746)	2.364
Total do IRPJ	(2.924)	3.927

Base de Cálculo da CSLL à Aliquota de 20%

Total da CSLL	(11.643)	15.758
	(2.329)	3.152

15. SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

16. PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, é uma sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Santa Catarina e Cia. De Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – Codesc, conforme demonstrado na nota 13. A Fundação Cultural BADESC foi criada pela lei estadual nº 13.438 de 15 de julho de 2005 sendo essa vinculada ao BADESC. Constitui receita da Fundação 6% do lucro líquido da Agência, conforme estabelecido no inciso X do artigo terceiro da referida Lei. Os valores atribuídos às partes relacionadas estão abaixo descritos:

Parte Relacionada	Natureza da Operação	2018	2017	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
		Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)		
Estado de Santa Catarina	Dividendos e Bonificações	(5.342)	-	(830)	(688)
CODESC	Dividendos e Bonificações	(1.918)	-	(769)	(637)
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei 13.438/2005	-	(102)	-	(127)
Fundação Cultural Badesc	Doação - Lei Roanet	-	(42)	-	(72)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Adidos	(35)	(310)	(44)	(349)
Estado de Santa Catarina	Funcionários Cedidos	-	33	-	63

A remuneração dos administradores no primeiro semestre, incluindo os respectivos encargos sociais totalizou R\$ 569 em 2018 (R\$ 709 em 2017).

17. CAPITAL REGULAMENTAR

a. Patrimônio de Referência e Índice Basiléia

Os limites operacionais da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - Bacen, através das Resoluções 4.192/2013 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e 4.193/2013 que dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Abaixo segue quadro demonstrativo dos limites, conforme regulamentação em vigor:

	2018	2017
1- PR - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (Situação)	272.051	267.518
Nível I		
Patrimônio Líquido	539.051	534.518
Nível II		
Deduções do Patrimônio de Referência	(267.000)	(267.000)
Destaque para Operações com o Setor Público	(267.000)	(267.000)
2- ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA	1.030.952	730.407
RWA para Risco de Crédito	822.295	543.455
RWA para Risco Operacional	208.657	186.952
3- PR MÍNIMO PARA COBERTURA DOS ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA 8,625% DE 2)	88.909	67.563
Parcela de Risco de Crédito (RWA CPAD)	70.923	50.270
Parcela de Risco Oper		



Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

CNPJ 82.937.293/0001-00

Sede: Rua Almirante Alvim, 491 – CEP 88015-380 – Florianópolis – SC

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de agosto de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC/RS 5.460/0-0 - "T" - SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC RS – 059.628/0-2
Responsável Técnico